

Kazão 167

De: Marcos Santos <marcos.santos@AIZ.ADV.BR>
Enviado em: sexta-feira, 19 de agosto de 2022 15:53
Para: licita@civap.com.br
Cc: Valdenice Maciel
Assunto: MEGA_Protocolo_Recurso Administrativo_Licitacao_CIVAP_Pregão Eletrônico nº 21/2022 Processo Nº 29/2022
Anexos: Recurso Administrativo_Licitacao_CIVAP_Pregao 21.22. Pas carregadeiras_19.08.22.pdf
Prioridade: Alta

Ao CIVAP, boa tarde.

Conforme alinhado há pouco, via telefone, com a Sra. Silvia Miranda Gomes, e devido à instabilidade do sistema eletrônico FIORILLI, segue anexa, para protocolo, o Recurso Administrativo da MEGA ESADOS COMERCIO DE AUTOMOVEIS E MAQUINAS LTDA em face da decisão da Comissão de Licitação que a desclassificou do Pregão Eletrônico 21/2022, Processo 29/2022.

Assim que oportuno, gentileza sinalizar o recebimento e realização do protocolo.

At.te,

Marcos Eduardo Campolina dos Santos

O. A. B. /PR nº 105.428

<http://www.aiz.adv.br>

SÃO JOSE DOS PINHAIS/PR - Rua Joroslau Sochaki, nº 389 - Jardim Ipê - CEP: 83.055-400 - 41 3020-0900 - 0800 6079999



168

AO CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema
A/C DO(A) ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2022

PROCESSO Nº 29/2022

RECORRENTE: MEGA PESADOS COM. DE AUT. E MAQUINAS LTDA

RECORRIDA: CONS. INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAPANEMA

Ficha Interna AIZA: 40983 [MECS]

MEGA PESADOS COMERCIO DE AUTOMOVEIS E MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ n. 29.792.977/0001-70, com sede na Rua Joroslau Sochaki, 767, sala 02, Bairro Ipê, São José dos Pinhais/PR, CEP: 83.055-400, neste ato representada por seu procurador que adiante assina, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 bem como outras normas aplicáveis ao objeto do certame epigrafo, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão da Comissão de Licitação que desclassificou a **Recorrente**, o que faz pelas razões que passa a expor.

O. EMENTA

Licitação. Pregão eletrônico. Desclassificação da Licitante por apresentar produto com características diferentes das dispostas no edital. **Produto de qualidade superior. Necessária preponderância do interesse público.** Atendimento às regras previstas no edital. Produto com qualidade superior à mínima exigida. **Admissibilidade de flexibilização do julgamento da proposta quando o produto apresentar qualidade técnica superior à especificada no edital. Supremacia do interesse público e vinculação ao instrumento convocatório. A licitante vencedora atendeu aos requisitos do certame ao garantir fornecimento de maior qualidade e que melhor atende ao interesse público, por preço menor que o ofertado pelos concorrentes. Procedência recursal é medida que se impõe!**

1. DA SÍNTESE FÁTICA

Em 16.08.22, o Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema realizou licitação de pregão eletrônico, para preços de bens e aquisições de pá carregadeiras de pneus, atribuindo como critério de julgamento o menor preço.

Habilitada, a **Recorrente** apresentou o melhor lance, contudo, teve a sua proposta desclassificada, sob a alegação de que o edital prevê transmissão automática, e a empresa apresentou em seu catálogo transmissão semi-automática, powershift. Neste sentido, manifestou intenção de recurso a fim de comprovar que a especificação técnica do nosso equipamento atende ao objeto solicitado no edital.

Após a rodada de lances, sagrou-se vencedora a licitante **LIUGONG LATIN AMERICA MAQUINAS PARA CONSTRUCAO PESADA LTDA**.



Nesta sede recursal, a **Recorrente** comprovará que seu produto possui maior qualidade e com menor preço, podendo ser ofertado a fim de garantir a supremacia do interesse público.

1.1 DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO

É fato notório que a Recorrente atendeu aos requisitos do certame. E mais, garantiu à Administração Pública o fornecimento do produto que melhor atende ao interesse público, por preço menor que o ofertado pelos concorrentes, por qualidade maior.

O equipamento da **Recorrente** é a Pá Carregadeira LW350KV, que é comprovadamente superior aos requisitos mínimos do edital. A LW350KV é um excelente representante do modelo robusto de maquinário com 3.5 toneladas em sua capacidade de operação. Com foco em quatro aspectos, sendo eles: economia, alta eficiência, confiabilidade e conforto. A máquina, que oferece vantagens significativas sobre produtos semelhantes, é amplamente utilizada em terraplenagem, movimentação de materiais, portos, construção civil, dentre outras aplicações.

Ao compará-la com equipamentos de transmissão automática, enfatiza-se que **a LW350KV também dispensa a necessidade de embreagem**, e a nomenclatura semi-automática se dá pela existência de uma manopla para que **o operador escolha quais níveis de marcha ele utilizará para entregar a melhor produtividade operacional**.

Logo, trata-se de uma opção a mais ao operador, possibilitando maior desempenho do equipamento nas diferentes situações operacionais que ele venha a enfrentar. Evidencia-se que esta configuração é a mais assertiva para a operação, sendo uma tecnologia similar a equipamentos da linha “Premium”, como exemplo: Caterpillar, Volvo, Komatsu, entre outros.

E mais, ao se comparar o equipamento da **Recorrente** àquele fornecido pela licitante vencedora, verifica-se que ambas as transmissões são “Power-Shift”, ou seja, automatizadas, e que as principais características são iguais. Ao esmiuçar as 02 fichas técnicas (“spec sheets”) dos equipamentos, conclui-se que **o equipamento da Recorrente é mais completo, tendo como grandes diferenciais o sensor de neutro para controle de partida e a função “Kick-down”**.

Não se deve desconsiderar o interesse público envolvido. **Estamos falando de um produto superior e com valor menor. O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO NÃO PODE AFASTAR O PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE**. É vedado interpretar as regras editalícias de forma restritiva, sendo necessário analisar se a divergência apresentada altera a essência do produto que a Administração Pública pretende adquirir. Acerca do assunto, colaciona-se doutrina:

Obviamente, a oferta de vantagens ou benefícios não previstos ou superiores aos determinados no ato convocatório não prejudica o licitante. Se o benefício não for de ordem a alterar o gênero do produto ou do serviço, nenhum efeito dele se extrairá.¹ (Grifos)

¹ FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14º Ed. São Paulo, 2010.

Nesta linha, destaca-se precedente do STJ:

STJ - ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA DO TIPO MENOR PREÇO. ATENDIMENTO ÀS REGRAS PREVISTAS NO EDITAL. PRODUTO COM QUALIDADE SUPERIOR À MÍNIMA EXIGIDA. 1. *Tratando-se de concorrência do tipo menor preço, não fere os princípios da isonomia e da vinculação ao edital a oferta de produto que possua qualidade superior à mínima exigida, desde que o gênero do bem licitado permaneça inalterado e seja atendido o requisito do menor preço.* 2. *Recurso ordinário não-provido.*²

1.2. CONCLUSÃO

É admissível a flexibilização de critério de julgamento da proposta, notadamente nos casos em que o produto ofertado apresentar qualidade superior à especificada no edital, revelando-se vantajoso para a administração.

O apego a formalismos exagerados é pernicioso visto que, além de não resolver problemas, ainda causa danos ao frustrar o interesse público em obter a proposta mais vantajosa.

Logo, outro deslinde não pode ter o presente caso a não ser a revisão do ato administrativo impugnado.

1.3 – DO PREQUESTIONAMENTO DA VIA JUDICIAL

Para fins de prequestionamento, denota-se que a decisão combatida **não se pronunciou sobre a necessária preponderância do interesse público**. Além de ferir frontalmente tal princípio basilar, eventual privação da **Recorrente** de participar do certame também vai de encontro aos princípios da isonomia e da impeccabilidade, estabelecidos no caput do artigo 3º da Lei nº 8.666/93. Trata-se de ato que **contrariaria o próprio princípio da finalidade, da eficiência e da razoabilidade**, pois acaba por reduzir a maior amplitude de opções a atingir o objetivo público. Cabe:

*(...) todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), com a destinação pública própria (princípio da finalidade), com a divulgação oficial necessária (princípio da publicidade) e com presteza e rendimento funcional (princípio da eficiência). Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado.*³

O produto da Recorrente atende à finalidade a qual se destina no edital, tanto no que se refere ao desempenho, quanto à durabilidade. Como exposto nas razões fáticas, a diferença apontada na decisão vergastada não interfere na natureza do produto, certo de que **a oferta de vantagens ou benefícios não previstos ou superiores aos determinados no ato convocatório NÃO**

² STJ – MS 15817RS 2003/0001511-4. Rel. João Otávio Noronha. J. 03.10.2005

³ MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**, 34ª Edição, 2008, Ed. Malheiros, São Paulo, pg. 716



PREJUDICA OS INTERESSES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

2. DOS PEDIDOS

Posto isto, diante da tempestividade deste recurso, requer seja julgado totalmente **PROCEDENTE o referido recurso** para fins de reconsiderar a decisão que desclassificou a Recorrente.

Nestes termos,

Pede deferimento.

S. José dos Pinhais/PR, 19 de agosto de 2022.

Alberto Iván Zakidalski

OAB/PR 39.274

OAB/SP 285.218

Rafael Cordeiro do Rego

OAB/PR 45.335

OAB/SP 366.732